



VI Congresso Nacional do MST
Fevereiro 2014

Programa Agrário do MST



Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!





Expediente:

A cartilha “Programa agrário do MST - Texto em construção para o VI Congresso Nacional” é uma publicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
Diagramação: Secretaria Nacional do MST

Pedidos

Secretaria Nacional | Alameda Barão de Limeira, 1232 - 01202-002 - São Paulo-SP
secgeral@mst.org.br

1ª edição abril 2013

2ª edição agosto 2013 - Revisada

3ª edição setembro 2013 - Aprovada na CN





Sumário

Apresentação.....	5
I. O processo de desenvolvimento do capitalismo no campo.....	9
1. Contexto histórico	9
2. As mudanças estruturais na produção e na propriedade da terra.....	12
3. As classes sociais resultantes.....	16
4 As contradições do modelo de produção do capital.....	18
II. A natureza da luta pela reforma agrária.....	21
III. Fundamentos de nosso programa de Reforma Agrária popular.....	35
IV. Proposta de um programa Reforma Agrária Popular.....	39
V. Nosso lema: Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!.....	49







Apresentação

Estimados companheiros e companheiras militantes do MST.

Em agosto de 2011, a direção nacional do MST deu início a um processo de debates e discussões em preparação ao nosso VI Congresso Nacional. De lá para cá, fizemos diversos seminários nacionais, regionais e estaduais. Fizemos debates nos cursos de formação, nas instâncias estaduais e nos coletivos dos diferentes setores. Acreditamos que a ampla maioria de nossa militância se envolveu nesse debate.

Formulamos dois documentos básicos. O primeiro é o programa agrário do MST para o período de 2014-19. O segundo contém as principais linhas políticas setoriais do MST, em especial, sobre a Frente de Massas, Produção e os desafios da tática da nossa luta. Também, atualizamos as Normas Gerais, sobre funcionamento das nossas instâncias.

Aqui, nesta cartilha, apresentamos o que sistematizamos, dos debates e discussões, sobre o Programa Agrário. Como podem ver pelo sumário, temos uma análise inicial sobre o diagnóstico da realidade agrária brasileira. Depois, há um capítulo sobre a natureza da reforma agrária nos tempos atuais. Segue o capítulo dos fundamentos de uma reforma agrária de novo tipo que defendemos para a sociedade brasileira e a proposta de um programa de Reforma Agrária Popular.

E, ao final, apresentamos o lema, do próximo Congresso Nacional, deliberado por mais de 300 dirigentes, na reunião da Coordenação Nacional do Movimento: Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!

O lema serve para incentivar e orientar nossas lutas e práticas de trabalho e organização. Serve, também, para dialogar com a sociedade, manifestando os objetivos centrais da nossa luta para os próximos anos.

Aqui está a síntese de dois anos de debates e de uma construção coletiva. Centenas de companheiras e companhei-





ros participaram ativamente dessa elaboração coletiva, aqui apresentada.

Este documento, não deve ser visto como uma receita ou um produto já acabado. Ao contrário, são ideias que construímos, com base em conhecimentos científicos e da nossa prática concreta da luta de classes do dia-a-dia, em todo o país. Assim, deve ser visto como uma síntese histórica para esse momento.

A implantação do nosso Programa de Reforma Agrária Popular depende, em parte, da nossa capacidade de reivindicar e pressionar os governos. Obter conquistas do Estado burguês é um fator importante na luta de classes e na formação de uma consciência política dos nossos militantes. Importante, mas insuficiente.

A sua implantação depende da correlação de forças nos enfrentamentos com o inimigo principal da reforma agrária hoje, o agronegócio. Não bastam apenas vontade e disposição de lutar. É preciso ter força organizada, agilidade política e criatividade nas formas de lutas para derrotar o inimigo.

Depende, sobretudo, da nossa capacidade de fortalecer internamente a nossa organização. Precisamos de um MST forte, com efetivos mecanismos de democracia interna, que incentivem e possibilitem a participação de todos e todas nas discussões e tomadas de decisões da nossa organização.

Depende da nossa capacidade de ir acumulando forças e irmos construindo em nossos assentamentos, em nossas escolas, centros de formação, enfim, em todos os nossos espaços conquistados, o nosso modelo de agricultura para o campo brasileiro.

Depende da nossa capacidade de construirmos alianças concretas em torno do programa com os demais setores do campesinato e com toda classe trabalhadora urbana.

Depende da capacidade de dialogar e conquistar amplos setores da sociedade brasileira, para construir uma hegemonia – um consenso – que compreenda e defenda o nosso modelo de agricultura.

Depende da democratização do Estado brasileiro, da mudança de seu caráter burguês. É de termos um governo hegemonicamente popular.





Por isso, esse programa seguirá em construção permanente. Seguirá sendo atualizado, de acordo com o andar das nossas lutas, conquistas e novos desafios, ao longo da história!

Esperamos que cada companheira e companheiro possa aprofundar estes estudos, compartilhar com outros companheiros/as, utilizá-los para debates nas escolas, cursos e centros de formação.

Devemos, também, utilizar esta cartilha para debater nossas ideias e propostas junto aos demais setores da sociedade. Assim esperamos contribuir para a construção de um futuro melhor para o nosso país, alicerçado nos ideais socialistas, e legarmos, para as gerações futuras, uma sociedade brasileira socialmente justa, igualitária, democrática e fraterna, como todos e todas nós sonhamos.

Coordenação Nacional do MST

Brasília, agosto de 2013







I. O processo de desenvolvimento do capitalismo no campo

1- Contexto histórico

1. O capitalismo mundial, a partir da década de 1980, ingressou numa nova fase de seu desenvolvimento, sendo agora hegemonizado pelo capital financeiro e pelas empresas privadas transnacionais, oligopolizadas, que controlam o mercado mundial das principais mercadorias. Isso significa que o processo de produção de riquezas continua sendo realizada pelo trabalho na esfera da indústria, agricultura e do comércio. No entanto, as taxas de acumulação e de divisão do lucro se concentram na esfera do capital financeiro e das grandes empresas privadas capitalistas oligopolizadas que atuam em nível mundial. (Segundo dados do PNUD - Agência de Desenvolvimento das Nações Unidas, as 700 maiores empresas controlam 80% do mercado mundial!)

2. Em 1980 o PIB mundial (que teoricamente representa a produção de todas as mercadorias no ano, no mundo) estava em torno de 15 trilhões de dólares e havia em circulação ao redor de 16 trilhões de dólares em equivalente moeda. Agora, em 2010, o PIB mundial passou para 55 trilhões (concentrado cada vez mais em um menor número de países – EUA, Europa, China e Japão) e o volume de moeda em circulação ascendia a 150 trilhões de dólares. Isso acrescido do capital fictício representado por títulos e documentos de crédito.

3. Essa forma dominante do capital em todo o mundo trouxe mudanças estruturais também na forma de dominar a produção das mercadorias agrícolas. Surgiu uma aliança de classe, entre a burguesia das empresas transnacionais, os banqueiros (o capital financeiro), a burguesia proprietária das empresas de comunicação de massa e os grandes proprietários de terra para controlarem a produção e a circulação das commodities (mercadorias agrícolas padronizadas). Como resultado esperado, controlam os preços e o volume das commodities em circulação, portanto, dominam os mercados e ficam com a maior margem da renda agrícola e do lucro produzidos.





4. Na organização da produção das mercadorias impuseram a racionalidade do capital através da produção em escalas em áreas contínuas e do monocultivo, com o objetivo de obter produtividade máxima do trabalho e maior rentabilidade econômica. Para isso, substituem a força de trabalho pela mecanização intensiva. E se utilizam de volumes cada vez maiores de fertilizantes químicos industriais e de agrotóxicos.

5. As empresas transnacionais que controlam a produção de agrotóxicos passaram a controlar a oferta de sementes, tanto as híbridas como as geneticamente modificadas em laboratórios. Estas sementes conhecidas como transgênicas são portadoras de genes que tornam as plantas mais suscetíveis a doenças e pragas exigindo o uso obrigatório, e mais intensivo, de agrotóxicos. Essas sementes transgênicas são patenteadas como propriedade privada permitindo legalmente que se cobre direitos de uso 'pelos agricultores: os royalties.

6. Esse modelo de produção resultou numa matriz tecnológica de produção universalizada a partir da década de 1990, com aplicação da biotecnologia (em particular da transgenia), da informática e das técnicas de irrigação, tudo controlada pelas empresas privadas transnacionais. Poderia ser considerada como é uma nova fase da modernização conservadora iniciada na década de 1960, mas diferente e mais intensa do que a anterior, a qual foi a chamada de 'revolução verde' pelo uso intensivo de insumos agroquímicos de origem industrial.

7. Essa forma de produzir tornou-se cada vez mais dependente do adiantamento do capital financeiro, na forma do crédito rural, para financiar o acesso aos insumos adquiridos nos mercados como sementes, mudas e sêmen; fertilizantes e herbicidas químicos; agrotóxicos e hormônios; máquinas, tratores, implementos e veículos de transportes.

8. Esse modelo de produção agrícola foi massivamente adotado pelas empresas capitalistas no campo e passou a denominar-se como o modelo do agronegócio. Tornar a agricultura como um negócio para acumulação de riqueza e de renda sob o controle do grande capital.

9. Com a crise internacional do capitalismo, a partir de 2008 percebeu-se uma ofensiva de entrada de capital estrangeiro tanto do capital financeiro como do fictício, que migrou





do hemisfério norte para o hemisfério sul. Esses capitais foram investidos na agricultura, na apropriação privada da natureza (terras, água, hidrelétricas, fontes de energia, minérios, usinas de etanol) bem como no controle de commodities (soja, milho, laranja, cacau, aves, suínos, carne bovina, etc.).

10. No caso do Brasil, as estatísticas revelam que no período de 2008-2012 ingressaram no país ao redor de 80 bilhões de dólares de capital financeiro estrangeiro para aplicar apenas na aquisição de bens da natureza.

11. Além da ofensiva em investimentos estrangeiros para o controle da produção e dos mercados agrícolas, tem-se constatado uma ofensiva do capital internacional do Hemisfério Norte, para investirem e controlarem, através de grandes empresas privadas transnacionais, as riquezas minerais do Brasil como ferro, bauxita, ouro, cobre, nióbio, etc. E também controlar as fontes de energia como petróleo e gás natural, etanol, hidrelétricas e parques eólicos.

12. O modelo macroeconômico brasileiro praticamente não se alterou com a mudança de governo, mantendo sua lógica centrada nos ganhos especulativos ligados ao capital financeiro. O governo manteve o superávit primário no orçamento da união, como forma de garantir pagamento de juros da dívida interna, e não teve o controle do câmbio. Isso significa que a taxa de câmbio deixada à “mercê do mercado” flutuou de acordo com os interesses de especulação do capital privado internacional sobre a nossa economia. Os Estados Unidos (EUA) emitem a moeda dólar sem controle e jogam no mercado internacional para que paguemos o seu déficit.

13. Este processo ocorrido durante os oito anos de Governo Lula, resultou numa transferência para o capital financeiro de mais de 700 bilhões de reais, somente para pagamento de juros da dívida interna. O que contribuiu para concentração e centralização do capital, pois, segundo estudos de Márcio Pochmann, os credores e beneficiários desses juros são menos de cinco mil capitalistas, **apenas**.

14. O agronegócio passou a ter uma expressiva função econômica no modelo do capital financeiro (gerar saldos comerciais para ampliar as reservas cambiais, condição essencial para atrair os capitais especulativos para o Brasil). E este avanço





do agronegócio bloqueia e protege as terras improdutivas para futura expansão dos seus negócios, travando a obtenção de terras para a reforma agrária.

15. O Estado brasileiro, mais além do seu arcabouço jurídico de proteger os interesses da classe dominante, tem cumprido um papel fundamental de garantir a hegemonia do modelo do agronegócio na produção agrícola. Ele atua na garantia de transferência de recursos públicos, via investimentos e através do financiamento compulsório destinado a ele, recolhendo da poupança nacional depositada nos bancos.

16. Esse modelo afeta, sob as mais distintas dimensões, a articulação política-partidária e legislativa, as formas de pressão sobre os governos e a natureza da disputa do poder político no contexto das contradições de classes sociais. A constituição de uma bancada ruralista pluripartidária é emblemática, colocando os interesses das empresas capitalistas direta e indiretamente relacionadas com o capital no campo, acima dos interesses sociais.

2- As mudanças estruturais na propriedade da terra, produção, emprego e renda

17. O processo de desenvolvimento do capital resultante da implantação de cima para baixo desse modelo econômico, estruturalmente cada vez mais dependente do exterior e que organiza a produção unicamente sob a forma de negócio capitalista na forma do agronegócio, provocou mudanças estruturais na forma de apropriação privada da terra e dos recursos naturais, na produção, nas condições de realização dos mercados, na composição das classes sociais, no perfil da estrutura do emprego, na tecnologia utilizada e na produção científica e tecnológica no âmbito da pesquisa agropecuária em todo Brasil.

18. Os empresários capitalistas, brasileiros e estrangeiros, passaram a priorizar os investimentos na produção de soja, milho, de cana-de-açúcar (com suas usinas para açúcar e etanol), no cultivo extensivo de eucalipto para celulose para a produção de carvão vegetal (para as usinas gaseiras siderúrgicas de exportação do minério de ferro) e pecuária bovina extensiva.

19. As 50 maiores empresas agroindustriais de capital





estrangeiro e nacional passaram a controlar praticamente todo comércio das commodities agrícolas no Brasil e, indiretamente, a composição da oferta agropecuária do país.

20. Houve uma crescente centralização do capital que atua na agricultura: uma mesma empresa controla sementes, fertilizantes, agroquímicos, o comércio, a industrialização de produtos agrícolas e na produção e o comércio de máquinas agrícolas.

21. Os fazendeiros capitalistas, subordinados a essas empresas transnacionais, e que controlam um PIB agrícola ao redor de 150 bilhões de reais por ano, necessitam de crédito rural adiantado no valor de aproximadamente 120 bilhões de reais por ano. Este adiantamento é garantido pelo Governo brasileiro. E depois repartem suas taxas de mais-valia com as empresas fornecedoras dos insumos, com as empresas compradoras das mercadorias e com os bancos que adiantaram o capital financeiro.

22. Nos últimos dez anos, houve um processo acelerado da concentração da propriedade da terra. O índice que mede a concentração da propriedade da terra continua crescendo. O índice de Gini em 2006 estava em 0,854, que é maior inclusive do que o registrado em 1920, quando recém havíamos saído da escravidão. Nas estatísticas do cadastro de imóveis rurais do INCRA vê-se que entre 2003 e 2010, as grandes propriedades passaram de 95 mil unidades para 127 mil unidades. E a área controlada por elas passou de 182 milhões de hectares para 265 milhões de hectares, em apenas oito anos.

23. Analisando-se as grandes propriedades classificadas pelos critérios da lei agrária de 1993, com base nas informações declaradas pelo proprietário de imóvel rural ao INCRA, constatou-se que em 2003, havia 47 mil grandes propriedades improdutivas, as quais detinham 109 milhões de ha, e que, em 2010, passaram a ser 66 mil grandes propriedades improdutivas, controlando 175 milhões de hectares. Embora as estatísticas do INCRA apresentem falhas, ainda assim elas indicam uma tendência da concentração e crescimento do número de imóveis improdutivos.

24. Analisando os dados por estabelecimentos (critério adotado pelo IBGE), percebe-se que no último censo de 2006, havia 22 mil grandes propriedades acima de dois mil hectares de terra, que seriam os grandes latifúndios. E outros 400 mil





estabelecimentos entre 100 e 2 mil hectares, que seriam os estabelecimentos rurais modernos que constituem a maior parte do modelo de agronegócio.

25. Os grandes e médios proprietários que representam o agronegócio controlam 85% das terras e praticamente toda produção de commodities para exportação...

26. Constatou-se, também, uma concentração da produção agrícola por produto e, em 2010, 80% das commodities e das terras por elas utilizadas se destinavam a soja, milho, cana de açúcar e pecuária extensiva.

27. Houve um aumento acelerado na desnacionalização da propriedade da terra, com avanço da presença de empresas estrangeiras. Mas é impossível ter aferição estatística confiável, pois o capital estrangeiro compra as ações de empresas brasileiras, que possuem as terras sem necessidade de alterar o cadastro no INCRA. No entanto, estima-se que as empresas estrangeiras devem controlar mais de 30 milhões de hectares de terras no Brasil..

28. O agronegócio possui prioridades regionais de cultivos e criações para a sua expansão. A soja é prioridade em todas as regiões; a cana-de-açúcar na região centro-sudeste; a celulose no sul da Bahia, norte do Espírito Santo e Mato Grosso do Sul. Já a madeira para produção de carvão ganha dimensão no Norte do país e em Minas Gerais, sobretudo onde se instalaram as indústrias siderúrgicas. No semiárido nordestino, as frutas irrigadas. E no litoral do nordeste, o camarão cultivado. A pecuária extensiva vai ficando nas regiões mais degradadas e na fronteira agrícola, “desbravando e amansando” a terra para o avanço paulatino do capital.

29. Quanto à pecuária leiteira, essa vem sendo empurrada para região sul do Brasil, na medida em que a cana de açúcar vai ocupando as pastagens do sudeste. Outro produto importante é o algodão que cresce nas grandes fazendas do centro-oeste.

30. Houve um aumento significativo da produtividade agrícola por hectare e por trabalhador, em todos os ramos de produção. No entanto, essa produtividade esteve combinada com o aumento de escala dos monocultivos e com o uso intensivo de agrotóxicos e máquinas agrícolas. E o aumento das margens de lucro não resultou em melhorias das condições de





vida dos trabalhadores, que produziram essa riqueza.

31. O capital procura se expandir na agricultura, incorporando novas áreas para o agronegócio, na região centro-oeste, no bioma do cerrado, no sul da Amazônia e pré-Amazônia, no chamado “Mapito” (sul do Maranhão, sul do Piauí, oeste da Bahia e Norte de Tocantins). Nesse sentido, o capital enfrenta alguns empecilhos jurídicos para sua expansão, como o Código Florestal, que impõe reserva nativa de 80% da área do imóvel, para o bioma da Amazônia, e 40% para os imóveis no Cerrado. E estabelecem restrições com relação às áreas de quilombolas as quais depois de reconhecidas não podem mais ser vendidas. O mesmo ocorre com as áreas indígenas. Além dessas limitações jurídicas os povos indígenas enfrentam a sanha do capital pela invasão impune dos seus territórios principalmente na região centro-oeste.

32. No modelo do agronegócio está contemplada uma parceria ideológica de classe entre os grandes proprietários da terra e os empresários dos meios de comunicação da burguesia, em especial televisão, revistas e jornais, que fazem a defesa e a propaganda permanente das empresas capitalistas no campo como único projeto possível, moderno e insubstituível. Além da pressão econômica a reprodução ideológica dos interesses de classe das classes dominantes é agora realizada pelos meios de comunicação de massa. E há uma simbiose entre os grandes proprietários dos meios de comunicação, as empresas do agronegócio, as verbas de publicidade e o poder econômico.

33. Percebe-se que no desenvolvimento das forças produtivas no nível do Brasil o número de máquinas agrícolas vendidas (tratores e colheitadeiras) tem aumentado no tamanho de potência, mas não no número de unidades. Na década de 1970, quando os agricultores familiares tinham acesso ao crédito rural subsidiado que estava vinculado à agroindústria de maneira mais intensa, o mercado de tratores era de 75 mil unidades/ano. E agora, nos últimos anos, baixou para 36 mil unidades/ano, embora tenha aumentado a potência média.

34. Mas, no geral, os índices de mecanização da agricultura brasileira são baixíssimos, comparados com os volumes de produção. O número total de tratores existentes na agricultura brasileira é de apenas 802 mil tratores, segundo o último censo





do IBGE (uma média de dois tratores para cada propriedade do agronegócio). Comparando-se com o nível de desenvolvimento das forças produtivas da agricultura dos Estados Unidos, em 1920, eles já possuíam 900 mil tratores na agricultura!

35. A hegemonia desse modelo econômico se amplia para o controle de todos os bens da natureza, como os minérios, a água, as florestas e as fontes de energia. Em todos esses setores está havendo concentração e centralização do capital, assim como a desnacionalização das empresas que os controlam.

3- As classes sociais

36. Diversos pesquisadores sociais adequaram os dados estatísticos da produção agropecuária e florestal para chegar aos dados aproximados da condição de classes sociais na agricultura brasileira. Assim, pode-se dizer que há um setor capitalista-empresarial, (aqueles que possuem e controlam os meios de produção e a produção), que seria representado por aproximadamente 450 mil estabelecimentos agrícolas, que possuem 300 milhões de hectares e controlam toda produção de commodities para exportação. Essa seria a classe dominante no campo brasileiro.

37. Os assalariados rurais permanentes: aqueles que trabalham nos estabelecimentos rurais acima de mil hectares. São cerca de 400 mil assalariados. Assalariados rurais temporários e outros 1,8 milhões de assalariados nas propriedades de 500 a 2 mil hectares, totalizando, assim, 2,2 milhões de trabalhadores assalariados para o agronegócio.

38. Na década de 1980, o número de trabalhadores assalariados na agricultura entre permanentes e temporários variava entre 6 a 10 milhões de trabalhadores. Portanto, comparando-se com os dados do Censo do IBGE de 2006, houve em 2006 uma redução significativa do número total de trabalhadores na condição de assalariados rurais, o número de assalariados rurais temporários ao longo do ano de 2006 (Censo) é de 2,2 milhões, parte dos quais é constituída por alguns membros das famílias de camponeses pobres que migram de suas regiões para trabalhos temporários na colheita da cana, laranja e do café. E o de assalariados rurais permanentes foi de 2,0 milhões.





39. Os camponeses: As estatísticas do IBGE censo2006 identificaram 4,8 milhões de estabelecimentos rurais classificados como agricultores familiares, com áreas menores de 100 hectares. Esse seria o número aproximado de famílias que vivem supostamente na condição social de camponeses. Destes, um milhão de famílias, aproximadamente, seriam camponeses com renda agrícola que garanta a reprodução social da família e alguma poupança, que vivem de seu trabalho familiar, contratam esporadicamente trabalho assalariado e estão integrados no mercado. São os que acessam as linhas de crédito do Pronaf. A maioria deles produz as mercadorias integradas à agroindústria, como suínos, aves, fumo, leite, frutas e hortigranjeiros.

40. Há outras 3,8 milhões famílias de camponeses pobres que estão inviabilizados por esse modelo, que produzem basicamente para subsistência e vendem pequenos volumes de excedentes, sem condições de manter poupança mínima. Entre eles está a base social que lutaria por terra e reforma agrária. Eles estão à margem do modelo econômico do agronegócio, excluídos de políticas públicas, a maioria deles sobrevive com bolsa família do governo ou são dependentes da aposentaria de um membro da família mais idoso. Para os empresários capitalistas, esses camponeses pobres constituem ou reserva de força de trabalho ou fornecedores simples de alimentos para as áreas urbanas locais.

41. Nos vários segmentos de famílias camponesas há 14 milhões de trabalhadores adultos que trabalham no campo, sob as mais diferentes situações de relações sociais de produção.

42. Há uma superexploração do trabalho agrícola no Brasil. Entre os camponeses, pelo aumento da jornada de trabalho, pelo envolvimento de toda família, e pela baixa remuneração recebida. Entre os proletários rurais, empregados no agronegócio, há uma superexploração relativa, em função da comparação dos seus salários, que são maiores do que os camponeses, mas muito menores do que seus equivalentes trabalhadores das mesmas commodities agrícolas em outros países do mundo. Em média, os tratoristas brasileiros recebem apenas 20% do salário de seu equivalente nos países do hemisfério norte, para trabalhar na mesma produção de soja, milho, etc.

43. Há ainda casos de trabalho não pago, análogo da





escravidão. Segundo os dados do Ministério do trabalho e Polícia Federal registram-se ao redor de cinco mil casos por ano. Apesar da ignomínia que eles representam e devem ser condenados de todas as formas, não é a forma principal de acumulação de capital do agronegócio.

4- As contradições do modelo de produção do capital versus os interesses da sociedade

44. O modelo de produção da agricultura industrial adotado pelo agronegócio é totalmente dependente de agro-químicos, estes, por sua vez, são dependentes de fontes esgotáveis de petróleo, nitrogênio, fósforo e potássio. E, mais, têm seus preços estabelecidos no nível mundial, controlados por um pequeno grupo de empresas transnacionais em práticas de oligopólio. No caso brasileiro, agrava-se essa dependência devido às importações, o que afeta inclusive a soberania nacional da produção agrícola. Na última safra foram importados 16 milhões de toneladas de fertilizantes. O Brasil está importando 75% de todos fertilizantes químicos utilizados.

45. O controle oligopolista das grandes empresas transnacionais sobre o comércio de alimentos leva ao estabelecimento de preços de monopólio (ver Guilherme Delgado) e num processo de padronização dos alimentos, que em médio prazo vai afetar inclusive a saúde pública.

46. A agricultura do agronegócio é totalmente dependente do uso de venenos agrícolas, que são usados com intensidades e volumes cada vez maiores. O Brasil controla apenas 5% da área cultivada entre os 20 maiores países agrícolas no mundo. No entanto, consome 20% da produção mundial de venenos. Os venenos destroem a biodiversidade, alteram o equilíbrio do meio ambiente, contribuem para as mudanças climáticas e, sobretudo, afetam a saúde das pessoas, com a proliferação de doenças e do câncer. O modelo do agronegócio não consegue produzir alimentos sadios.

47. O controle e a introdução da propriedade privada sobre as sementes por parte das empresas transnacionais coloca em risco o modelo de agricultura familiar e afeta a soberania alimentar do país, em médio prazo. Quem controlar as semen-





tes e mudas controlará a agricultura como um todo.

48. A propriedade privada por empresas estrangeiras dos recursos da natureza, como terra, água, florestas, e minérios gera uma contradição entre os interesses do povo brasileiro com os interesses dos empresários capitalistas.

49. O modelo em curso de dominação mundial do capital que impôs uma redivisão do trabalho e da produção no mundo condenou os países do hemisfério sul a serem produtores apenas de matérias primas, agrícolas e minerais. Isso vai aumentar as desigualdades no mundo e aumentarão os conflitos sociais em médio prazo.

50. A riqueza produzida na agricultura e os excedentes do trabalho agrícola, que antes ficavam na mesma região (mesmo que fosse para os capitalistas), hoje são apropriados em outras esferas e outros centros urbanos, gerando maiores desigualdades sociais e regionais.

51. A expansão da monocultura elimina a biodiversidade e traz maior dependência econômica, maior fragilidade social e graves consequências ambientais, que começam a ser percebidas em todas as regiões.

52. O modelo do agronegócio, ao contrário da etapa do capitalismo industrial, não distribui renda e nem gera emprego para juventude. O capital aplica um modelo de produção agrícola, sem agricultores e com pouca mão de obra. Isso traz como contradição a falta de futuro da juventude, o aumento da migração e o despovoamento do interior.

53. Os grandes proprietários de terra (que antes, enquanto latifundiários, auferiam todos os lucros e exerciam o poder político decorrente desse poder econômico), agora tem que dividir seus ganhos, e perdem poder político. E, portanto, passam a ter contradições, ainda que secundárias, com os outros capitalistas. Certamente, serão perceptíveis na próxima geração dos herdeiros dos latifundiários, que tampouco conseguem se reproduzir como latifundiários.

54. O modelo do agronegócio expulsa permanente ente mão de obra do campo. Que migram para as cidades. Porém, num segundo momento, quando concentram a produção e fazem novos investimentos, não estão conseguindo levar mão de obra para o campo para trabalhar como seus empregados.





Muito menos entre a juventude. Assim, gera-se uma contradição, pois o modelo não atrai mão de obra e em médio prazo será um grave limitante.

55. A lógica predominante na apropriação dos bens da natureza é apenas o lucro. É a busca permanente da renda extraordinária que a exploração dos bens naturais proporciona. Isso vai gerando uma contradição permanente, por serem bens limitados frente às crescentes necessidades da população de se alimentar e atender suas necessidades.





II. A natureza da luta pela reforma agrária: contexto histórico e desafios atuais

1. O capitalismo, em distintos períodos históricos, deu ênfase a diferentes programas de reforma agrária. Aqui faremos um breve resgate histórico do enfoque dado à reforma agrária, no cenário nacional e internacional, durante os processos de desenvolvimento e consolidação das sociedades capitalistas. Ao final do capítulo, relatamos os desafios que o MST e as lutas pela reforma agrária enfrentam no momento atual, em nosso país.

2. Na transição do feudalismo europeu – e até mesmo do modo de produção asiático e das sociedades pré-capitalistas em geral - para o capitalismo comercial, os camponeses lutaram pela direito ao acesso a terra, contra as oligarquias rurais e senhores feudais. Essas lutas, restritas às demandas dos próprios camponeses, ainda não se caracterizavam como lutas pela reforma agrária.

3. Somente a partir do desenvolvimento do capitalismo industrial no século 18, a expressão “reforma agrária” começou a ser utilizada. Neste período, a Reforma Agrária passou a ser uma política de governo e de Estado para mudar a estrutura de propriedade e de produção agrícola de um país e, consequentemente, atender as demandas das nascentes sociedades urbano-industriais.

4. A mudança na estrutura fundiária atendia os interesses imediatos dos camponeses que lutavam pela posse da terra e contra a espoliação dos grandes proprietários. Mas ia além, era uma exigência para impulsionar os processos de industrialização e para criar e consolidar o mercado interno das sociedades capitalistas.

5. No processo de desenvolvimento do capitalismo industrial, o desafio de desenvolver o mercado interno para suas fábricas confrontou-se com a enorme concentração da propriedade da terra e o fato de que a maioria da população vivia no campo e sem terra e sem renda, estava excluída desse mercado. Para resolver essa contradição, as burguesias industriais,





que controlavam as estruturas do Estado, impuseram contra os interesses das oligarquias rurais a Reforma Agrária. A democratização da propriedade da terra aos camponeses.

6. Ao democratizar a propriedade da terra, desapropriando os senhores das terras e superando os resquícios do feudalismo, o Estado burguês visava transformar os camponeses em produtores de mercadorias para a indústria e de alimentos para a população urbana e, com isso, obter renda para serem compradores/consumidores das mercadorias de origem industrial.

7. Esse tipo de Reforma Agrária, iniciado nos países da Europa ocidental e nos Estados Unidos, a partir de 1870, estendeu-se pelos países de todo hemisfério norte até a década de 1950, com a guerra da Coréia. Todas elas, nos diferentes países e tempos históricos, serviram de apoio aos processos de desenvolvimento industrial implantado pela burguesia.

8. Essas mudanças nas estruturas fundiárias, feitas pelo Estado burguês, são as chamadas reformas agrárias clássicas burguesas ou, simplesmente, reformas agrárias burguesas. Em comum, elas têm as seguintes características básicas: eram realizadas pelas burguesias industriais; potencializavam o mercado interno através da democratização da propriedade da terra; e, buscaram transformar os camponeses em produtores e consumidores de mercadoria.

9. Dessa matriz de reforma agrária clássica burguesa, surgiram inúmeras outras propostas em países periféricos adequadas à suas realidades, aos desafios que se propunha superar e, sobretudo, à correlação das forças políticas do período histórico em que foram implantadas. Aqui na América Latina, o governo John Kennedy chegou a promover uma reunião continental em Punta del Este (1961) para estimular que os governos fizessem reforma agrárias burguesas, como forma de desenvolver o mercado interno e impedir que os camponeses se radicalizassem como havia acontecido na revolução cubana. E os economistas da CEPAL (organismo das nações unidas para América Latina) difundiram essa tese como forma de enfrentar o subdesenvolvimento durante toda década de 60.

10. Houve também as reformas agrárias dos chamados governos nacionalistas, como por exemplo, a do General Cár-





denas (1939-46) no México. Do general Juan Velasco Alvarado (1968-75), no Peru e a do guatemalteco Jacob Árbenz (1951-54). E do Coronel Nasser, no Egito que distribuiu todas as terras férteis ao longo do rio Nilo aos camponeses na década de 60. No Brasil, a inclusão da Reforma Agrária nas Reformas de Base do governo João Goulart, pode ser vista como uma tentativa desse tipo de reforma agrária, dentro de um projeto de desenvolvimento nacional capitalista.

11. Há, também, as reformas agrárias anticoloniais, que representavam a distribuição de terras aos camponeses crioulos, que as tomavam dos capitalistas colonizadores. E que nem se chamavam de reforma agrária, mas apenas o direito à terra de quem nelas trabalhasse e morasse. Assim se consolidou a distribuição de terras a camponeses, na revolução social do Haiti (1804) por Dessalines, e na década de 1810, no Uruguai (Governo Artigas) e Paraguai (Governo França) e de certa forma a distribuição de terras feita durante a revolução mexicana de 1910-20).

12. Por outro lado, houve o impulso das lutas de liberação nacional, após a Segunda Guerra Mundial (1939-45), no continente asiático e africano. As forças que promoveram as lutas pela Independência dos seus países expropriaram as terras dos colonos europeus e as entregaram aos camponeses. Foram reformas agrárias que buscaram, sobretudo, consolidar a soberania política do país. Países como Moçambique, Angola, Guiné Bissau, Tanzânia, Zimbawe, Argélia. Líbia... se enquadram nesse exemplo de reforma agrária.

13. Há também as Reformas Agrárias de governos populares que, em distintos processos históricos, se propunham a fazer uma transição do capitalismo para uma sociedade socialista. As Reformas Agrárias ocorridas em Cuba, com a Revolução de 1959, Vietnam, a partir da vitória sobre os Estados Unidos em 1973, e a da Nicarágua Sandinista, em 1979, são alguns desses exemplos.

14. Por último, há as reformas agrárias propostas pelas revoluções populares que ousaram superar as formas de organização capitalista. São as Reformas Agrárias socialistas. Estas nacionalizaram a propriedade da terra, como um bem de toda nação, socializaram a propriedade dos meios de produção e





coletivizaram, de diferentes formas, o trabalho agrícola. Foram reformas agrárias realizadas dentro de um conjunto de políticas adotadas por governos resultantes de revoluções sociais e que se propunham construir o socialismo. Portanto, estavam subordinadas às mudanças radicais no modo de produção geral da sociedade. Podemos citar como exemplos desse tipo de Reforma Agrária as que ocorreram resultantes das revoluções russa (1917), iugoslava (1945) chinesa (1949) e da Coreia do Norte (1956).

15. No Brasil, ao longo da nossa história, tivemos diversas propostas e tentativas de realizar uma reforma agrária dentro dos marcos do desenvolvimento do capitalismo nacional. Alguns abolicionistas, como Joaquim Nabuco (1849-1910), defenderam com ênfase que a liberdade do povo negro deveria ser acompanhada de um processo de distribuição de terras. Foram derrotados pela oligarquia rural, escravocrata e controladora do poder político, os chamados coronéis das terras.

16. Ainda na transição – da plantation (grandes fazendas de monocultivo que utilizavam trabalho escravo e se dedicavam a exportação) do capitalismo comercial escravocrata para o capitalismo industrial, surgiram os primeiros movimentos camponeses e houve muita luta e disputa pela terra, em todo território. As comunidades camponesas lideradas por líderes religiosos – como a de Canudos/BA (1894-96), Contestado/SC (1912-16) e Caldeirão/CE (1926-37) – exemplificam esse tipo de luta pela terra. Buscavam garantir a sobrevivência, o trabalho e a reprodução camponesa, em condições naturais e políticas extremamente desfavoráveis. Nem sequer foram chamadas de reforma agrária por esses lutadores camponeses.

17. Somente após a Segunda Guerra Mundial, surge a expressão e a luta pela Reforma Agrária no Brasil. Com o reasenso das mobilizações populares, cresceu a luta pela Reforma Agrária, protagonizada por movimentos camponeses - Ligas Camponesas, Ultabs (União de lavradores e trabalhadores agrícolas do Brasil) e o Master (Movimento dos agricultores sem terra) – que, pela primeira vez logram se constituir como organizações nacionais e empunharam a partir de 1961 o lema: “Reforma Agrária na Lei ou na Marra!”. Os programas de Reforma Agrária defendidos pelos movimentos camponeses





da época, e pelo então governo popular de João Goulart, já mencionado anteriormente, estavam inseridos no objetivo de desenvolver o mercado interno para a indústria nacional, aos moldes de uma reforma agrária clássica burguesa.

18. Durante toda a década de 1950, até o Golpe Militar de 1964, prevaleceu o debate se o desenvolvimento da agricultura brasileira – atrasadíssima nas relações sociais no campo e pouco produtiva por causa dos quatros séculos do modelo agroexportador – deveria ser feito através de uma reforma agrária burguesa ou através de um pacto entre burguesia industrial e oligarquia rural para assegurar inalterada a estrutura fundiária.

19. O governo ditatorial dos militares impôs a “modernização sem reformas” e reprimiu duramente o movimento camponês. Assim, aqui a burguesia industrial, ao contrário da burguesia europeia do século 18, se aliou à oligarquia rural para desenvolver o capitalismo nacional, dependente dos países centrais.

20. Há muitas teses e interpretações de porque a burguesia industrial brasileira não defendeu a necessidade de uma reforma agrária para industrializar o país. Entre as principais pode-se citar: a burguesia industrial brasileira nunca se constituiu como uma burguesia nacionalista, que queria desenvolver a nação; a indústria brasileira já nasceu dependente (do capital estrangeiro e de um mercado não de massas; a burguesia precisava ter ganhos com a superexploração da mão de obra fabril, e para isso era preciso ter um enorme exercito industrial de reserva, formado pelos camponeses que migravam todos os anos para as cidades e pressionam os salários para baixo. Até hoje, a média salarial da indústria brasileira é um dos mais baixos do mundo.

21. No período de 1964-84, com a imposição da ditadura militar, o projeto desenvolvido pela burguesia na agricultura, foi de uma modernização conservadora e dolorosa para os camponeses. Do ponto de vista político eles massacraram fisicamente todas as formas de organização camponesa. E com a sociedade calada e reprimida, impuseram sua hegemonia em toda sociedade e na agricultura. Foi o período de consolidação da agricultura capitalista voltada para o mercado externo, baseada em grandes extensões de terra, na mecanização agrícola





la, adoção dos agrotóxicos, e na expulsão dos camponeses. A única saída para os camponeses era migrar para cidade ou para a fronteira agrícola, ir amansar as terras na região amazônica. O resultado foi a adoção da “revolução verde” como pacote tecnológico para aumentar a exploração e a produtividade do trabalho, a maior migração de camponeses de toda história, e elevada concentração da propriedade da terra.

22. Na década de 1980, com a redemocratização política, a crise cíclica do capitalismo e o ressurgimento da luta pela terra com novos movimentos camponeses levantou-se novamente a bandeira da reforma agrária. As Lutas e reivindicações se inseriam, no entanto, nos objetivos de uma reforma agrária clássica burguesa: democratizar a propriedade da terra, como uma forma de reprodução dos camponeses, de integrá-los ao mercado interno e de aumentar sua renda, para poder melhorar as condições de vida de suas famílias. Nesse cenário político-histórico, nasceu o MST.

23. O programa do MST, por sua elaboração teórica e pelas condições históricas daquele período, se inseria nos pressupostos de uma reforma agrária burguesa. É bem verdade que o protagonismo dos camponeses, a radicalidade das lutas, a reação contrária dos latifundiários e do Estado burguês e a explicitação de bandeiras de lutas progressistas e revolucionárias – que mesclavam a Luta pela Terra com o direito pelo trabalho, a Luta pela Reforma Agrária com a democratização ampliada da propriedade fundiária e a Luta por uma sociedade mais justa e igualitária com os ideais do socialismo – ajudaram o MST a ocupar um espaço destacado nas lutas populares do nosso país e a politizar a luta pela reforma agrária.

24. Assim, nos primeiros anos, de 1979 a 1984, a atuação dos camponeses que depois resultaria em MST restringiu-se à promoção da luta pela terra. Depois, de 1984 a 1992, com a expansão do MST no território nacional, o Movimento soube impor a luta pela Reforma Agrária e aproveitar as contradições internas dentro do bloco dominante: os conflitos existentes entre os interesses específicos da burguesia industrial e os das oligarquias rurais. Interessava à burguesia industrial incorporar a massa de camponeses sem terras às terras ociosas, mantidas sob o domínio do latifúndio.





25. Novamente, o objetivo da burguesia industrial era o de promover o desenvolvimento das forças produtivas no campo e de sua integração ao mercado capitalista. Do outro lado, as oligarquias reagiam frente à possibilidade de perder o domínio sobre as terras e, sobretudo, perder sua influência política sobre as populações rurais. Esse conflito era remetido para dentro do Estado aonde os latifundiários, mesmo sendo a fração social subalterna dentro do bloco dominante, mantêm indiscutível poder e influência. Poder esse, suficiente para impedir, sistematicamente, a implantação da Reforma Agrária. Mesmo que esta fosse uma possibilidade – e uma necessidade – provocada pelo desenvolvimento do capitalismo industrial.

26. O poder do latifúndio atrasado se manifestava ainda com maior contundência no enfrentamento com os camponeses e suas lutas. A repressão sobre o MST, e sobre a luta pela terra em geral, era organizada pelas oligarquias rurais nas suas formas mais arcaicas de pistolagem, controle sobre as polícias e sobre o poder judiciário local. Além de contar com a conivência dos governos estaduais, majoritariamente conservadores e, não raras vezes, com origens no próprio latifúndio. Essa violência, produzida pelo setor mais retrógrado e pouco produtivo da economia brasileira, recebeu destaque no cenário nacional e internacional e acabou sendo mais um elemento que provocou uma onda de simpatia e apoio à luta pela Reforma Agrária.

27. Na segunda metade da década de 1980, essas forças conservadoras do latifúndio se reorganizaram – em 1986 criaram a União Democrática Ruralista (UDR) – aglutinaram forças na Assembleia Constituinte – formaram o centrão – e desencadearam uma onda de violência seletiva contra os camponeses e suas organizações. Os assassinatos do Pe. Josimo, no Maranhão, em 1986; do Chico Mendes, no Acre, em 1988, atestam essa prática criminoso dos latifundiários. A Constituição Federal de 1988, mesmo sendo considerada progressista, teve na questão da reforma agrária seu aspecto mais conservador.

28. A burguesia brasileira, enquanto classe hegemônica, se durante a década de 80 enfrentou as mobilizações populares pela democratização do país e o reascenso das lutas sindicais, populares e estudantis, obteve uma importante vitória em 1989, na primeira eleição presidencial pelo voto direto, pós-





-ditadura militar (1964-85). Aquela vitória eleitoral serviu para a burguesia, primeiro com o governo de Fernando Collor de Melo (1990-91) e depois com o de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), para aglutinar e dar unidade político-ideológica aos setores mais conservadores do país. Essas forças, político-econômicas, auxiliadas pelo aparato de informação e ideológico da mídia burguesa, implementaram um novo modelo de desenvolvimento econômico: o neoliberalismo.

29. Fortalecidos pelas vitórias eleitorais, o neoliberalismo impôs suas políticas de: a) abertura do mercado, assegurando mobilidade irrestrita ao capital e mercadorias estrangeiras; b) corte nos gastos sociais; c) privatização e desnacionalização de setores estratégicos para o desenvolvimento econômico do país; d) facilidades para o capital internacional se apoderar das riquezas naturais – minérios, energia, biodiversidade e agricultura; e) ofensivas sobre a legislação social e trabalhista, provocando derrotas e retrocessos à classe trabalhadora.

30. A essas políticas neoliberais somaram-se as transformações no modo do capitalismo estruturar a produção e o trabalho – inovações tecnológicas, descentralização e terceirização – e a ofensiva do capital internacional, denominada de globalização. A classe trabalhadora, assim, sofreu duras derrotas pelo neoliberalismo e, desde então, entrou num período de refluxo do movimento de massas, de organização e de elaboração e disputas de proposta política. Em outras palavras, a década neoliberal de 1990 logrou consolidar um cenário de consenso e coerção da burguesia sobre a classe trabalhadora.

31. Essa ofensiva neoliberal sobre as riquezas nacionais demorou um tempo maior para chegar até a agricultura brasileira. Primeiro, o capitalismo internacional priorizou os setores mais dinâmicos da economia urbana. Depois, no segundo mandato do governo de FHC, o capital internacional, associado com as empresas transnacionais que atuam na agricultura e os grandes proprietários rurais, direcionaram seus interesses para agricultura brasileira. Com isso, durante toda a década de 1990 o MST pode promover uma ofensiva na luta pela terra, impondo a agenda da Reforma Agrária ao governo FHC. E, assim, a luta pela Reforma Agrária aglutinou a simpatia da sociedade e o apoio dos segmentos sociais que se





opunham às políticas neoliberais. É o período em que o MST assume um papel importante nas lutas populares do país e de protagonista na luta pela Reforma Agrária.

32. A ofensiva neoliberal sobre a agricultura brasileira, iniciada no governo FHC, se consolidou na década de 2000, implantando um novo modelo de agricultura, não mais para atender prioritariamente as demandas do modelo de desenvolvimento de uma indústria nacional (1930-80) e da necessidade do mercado interno. É um novo modelo de dominação do capital no campo, para atender as demandas do mercado externo. Agora, é um modelo dos fazendeiros capitalistas em aliança com o capital internacional e financeiro, que passa a acumular a riqueza do campo. (Conforme descrevemos no capítulo 1: O desenvolvimento do capitalismo no campo págs.2-8).

33. Esse novo modelo de agricultura capitalista foi definido por uma divisão mundial da produção e do trabalho, estabelecida ainda nos anos 90. Ali, os países centrais do capitalismo reservaram aos países do hemisfério sul o papel de serem os fornecedores de matérias primas agrícolas, celulose, fontes de energia e minérios para o mercado externo. O modelo do agro- negócio é resultante da hegemonia do capital internacional e financeiro sobre o mundo e a produção.

34. Com esse modelo, a burguesia, o Estado e os governos assumem plenamente a posição política de que não é mais necessária uma reforma agrária burguesa para o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura brasileira. As terras improdutivas dos latifúndios, antes destinadas à Reforma Agrária após a pressão dos camponeses, agora também são pretendidas, e disputadas, pelo agronegócio. Há claramente uma disputa de modelos de agricultura, o dos camponeses versus o do agronegócio, incompatíveis entre si. Restabeleceu-se um conflito já existente no período hegemônico pelas oligarquias rurais (1889-1930): as terras agrícolas devem ser destinadas à produção de alimentos pelos camponeses ou à produção destinada para agroexportação, como defende o agronegócio? Este passa, então, a combater a reforma agrária, mesmo a de versão clássica burguesa e os movimentos populares do campo que lutam por terra. Ou seja, do ponto de vista do capital, considera-se que a questão agrária no Brasil está resolvida.





35. Esse modelo agrícola do agronegócio subordinado ao capital internacional foi ainda mais potencializado a partir da crise mundial de 2008, pois um enorme volume de capital fictício, especulativo veio ao Brasil se proteger e aplicaram em terras e recursos naturais. Por outro lado, aplicaram nas bolsas de mercadorias agrícolas e especularam com estoques. Isso tudo elevou os preços médios das mercadorias agrícolas, aumentou a renda da terra e o preço da terra, e se constituiu numa barreira a mais, para o processo de democratização da propriedade da terra. Ao contrário da visão de que a questão agrária está resolvida, estamos assistindo na última década, a uma concentração ainda maior da propriedade e um processo célere de desnacionalização da propriedade da terra.

36. Esse novo modelo de agricultura altera a correlação de forças no campo. Os grandes proprietários rurais – capitalizados e modernizados –, aliados/subordinados ao capital financeiro e as empresas transnacionais, hegemonomizam o atual modelo de agricultura, concentrando terras, políticas públicas e o apoio da sociedade. O grande proprietário de terras improdutivas, violento e atrasado, é visto pelo agronegócio como uma fração de sua classe social que deverá se modernizar e capitalizar. Caso contrário, perderá suas terras, não por uma reforma agrária burguesa e sim por acabar sendo absorvido pela economia agroexportadora.

37. Há, no entanto, em diferentes regiões do território nacional, muitas áreas geográficas em que os latifundiários mantêm o controle da terra e exercem um poder político local. Dados do governo e de pesquisas acadêmicas atestam a existência de, aproximadamente, 30 mil grandes proprietários rurais, latifundiários atrasados, do ponto de vista do capital. Mas, no caso dos camponeses ocuparem um desses latifúndios, terão como principal adversário o agronegócio, por três razões básicas:

- a) a terra ocupada também é pretendida pelo agronegócio;
- b) há uma identidade de classe entre os grandes proprietários rurais capitalizados e os latifundiários atrasados;
- c) o agronegócio tem claro que há uma disputa de diferentes e incompatíveis modelos agrícolas. E, mesmo não havendo a ocupação do latifúndio pelos camponeses, o agronegócio visa,





através da compra ou do arrendamento, se apossar dessas terras e, com os mesmos objetivos, avançar sobre as terras públicas. Promove uma permanente ofensiva de conquistas e domínio de territórios. Essa ofensiva do agronegócio conta sempre com o apoio e conivência dos governos estaduais e federal.

38. Da mesma forma, o agronegócio considera um atraso a manutenção das áreas pertencentes às comunidades tradicionais, povos indígenas e quilombolas. Assim como as regras restritivas do código florestal para expansão de suas lavouras. E por isso a classe dominante colocou na pauta de suas prioridades o enfrentamento e a precarização dos direitos dessas populações e as mudanças nas regras do código florestal.

39. Na atualidade, a luta pela terra e pela Reforma Agrária mudou de natureza, frente ao modelo de desenvolvimento econômico vigente no país. Não há mais espaço para uma reforma agrária clássica burguesa, apoiada pela burguesia industrial ou por forças nacionalistas. Mas do ponto de vista dos camponeses e de um projeto popular de desenvolvimento do país, a Reforma agrária é cada vez mais urgente e necessária.

40. Agora, a luta pela reforma Agrária se transformou numa luta de classes, contra o modelo do capital para a agricultura para brasileira. Isso significa que a luta dos camponeses pelas terras agrícolas e por um novo modelo de agricultura, irá enfrentar uma outra correlação de forças – com poderes de coerção e de consenso mais fortes do que os dos latifundiários tradicionais – e com novos atores em cena: os grandes proprietários rurais, o capital financeiro e as empresas transnacionais.

41. Por outro lado, o aparato administrativo do Estado brasileiro que havia sido montando para atender uma agricultura camponesa, como o INCRA, Embrapa, sistema Emater e Funai estão marginalizados e sucateados porque foram criadas e instrumentalizadas para atender as demandas dentro do modelos de uma reforma agrária burguesa. Não percebem que os assentamentos da reforma agrária de hoje são gestores de um novo modelo de agricultura. Assim, tornam-se incapazes de formular políticas públicas que atendam as demandas dos camponeses, tornando obsoletos, dispensáveis ou, pior ainda, cooptados pelos agronegócio.

42. E essa mudança da natureza, exige novas posturas





dos movimentos sociais e do MST como um todo:

- a) Precisamos defender agora um novo projeto de reforma agrária, que seja popular. Não basta ser uma reforma agrária clássica, que apenas divida a propriedade da terra e integre os camponeses como fornecedores de matérias-primas e alimentos para sociedade urbano-industrial.
- b) Frente ao poderio do agronegócio, é necessário construir alianças entre todos os movimentos camponeses, com a classe trabalhadora urbana e com outros setores sociais interessados em mudanças estruturais, de caráter popular.
- c) A luta pela reforma agrária se insere agora na luta contra o modelo do capital. É um estágio da nossa luta, com desafios mais elevados e complexos, diferente do período do desenvolvimento industrial (1930-80), quando os assentamentos da reforma agrária em áreas improdutivas, para a produção de alimentos, somavam-se com a agricultura patronal voltada, prioritariamente, para a agroexportação.
- d) Os enfrentamentos com o capital, e seu modelo de agricultura, partem das disputas das terras e do território. Mas, se ampliam para as disputas sobre o controle das sementes, da agroindústria, da tecnologia, dos bens da natureza, da biodiversidade, das águas e das florestas.

43. O programa de Reforma Agrária Popular não é um programa socialista – embora os objetivos estratégicos da nossa luta sejam os de construir uma sociedade com formas superiores de socialização da produção, dos bens da natureza e um estágio das relações sociais na sociedade brasileira. Uma Reforma Agrária socialista, que tem como alicerce a socialização das terras, exige a execução de políticas de um Estado socialista e será resultante de um longo processo de politização, organização e transformações culturais junto aos camponeses, ou seja de uma revolução social. Condições objetivas e subjetivas que não estão na ordem do dia desse período histórico.

44. Assim, a nossa luta e o nosso programa de Reforma Agrária Popular visa contribuir ativamente com as mudanças estruturais necessárias e, ao mesmo tempo, é dialeticamente dependente dessas transformações. Um novo projeto de país que precisa ser construído com todas as forças populares, voltado para atender os interesses e necessidades do povo brasileiro.





ro. E, buscamos assim, com a luta pela reforma agrária popular, acumular forças, obter conquistas para os camponeses e derrotas para as oligarquias rurais, organizar e politizar nossa base social, ampliar e consolidar o apoio da sociedade à nossa luta. É dessa forma que iremos construir nossa participação nas lutas de toda a classe trabalhadora para construir um processo revolucionário, que organize a sociedade e um novo modo de produção, sob os ideais do socialismo.

45. Nosso projeto se insere na luta da classe trabalhadora pela construção de relações sociais de produção que eliminem a exploração, a concentração da propriedade privada, a injustiça e as desigualdades. O nosso horizonte é, pois, o da superação do modo de produção capitalista. – Os objetivos de criação do MST continuam valendo e são alicerces da Reforma Agrária Popular. O conceito “popular” busca identificar a ruptura com a ideia de uma reforma agrária clássica feita nos limites do desenvolvimento capitalista e indica o desafio de um novo patamar de forças produtivas e de relações sociais de produção, necessárias para outro padrão de uso e de posse da terra. Trata-se de uma luta e de uma construção que estão sendo feitas desde já, como resistência ao avanço do modelo de agricultura capitalista e como forma de reinserir a Reforma Agrária na agenda de luta dos trabalhadores.

46. A reforma agrária integra relações amplas entre o ser humano e a natureza, que envolve diferentes processos que representam a reapropriação social da natureza, como negação da apropriação privada da natureza realizada pelos capitalistas. Implica em um novo modelo de produção e desenvolvimento tecnológico que se fundamente numa relação de co-produção homem e natureza, na diversificação produtiva capaz de revigorar e promover a biodiversidade e em uma nova compreensão política do convívio e do aproveitamento social da natureza.

47. Os camponeses, trabalhadores/as do campo e povos tradicionais (indígenas, extrativistas, quilombolas) têm sido protagonistas de práticas de um modo de fazer agricultura que representa um contraponto à agricultura capitalista e se constituem na resistência e nas lutas de enfrentamento direto ao capital. Portanto pode protagonizar um novo modelo de produção agrícola sob controle dos trabalhadores e voltado a suprir





necessidades e direitos de todo o povo.

48. A construção da Reforma Agrária Popular só pode ser conquistada por um amplo leque de forças populares representadas pelo conjunto dos trabalhadores do campo e da cidade. E assume também uma perspectiva necessariamente internacionalista porque a luta dos trabalhadores contra a ordem do capital é internacional no atual estágio de hegemonia do capital financeiro e das empresas transnacionais que atuam em todo mundo. O modelo de agricultura popular e camponesa tem sido também a construção a partir das experiências dos trabalhadores de muitos países, culturas, organizações e lutas.

49. Essa nova natureza da luta pela reforma agrária, coloca novos desafios, como:

- a) A reforma agrária popular deve resolver os problemas concretos de toda população que vive no campo;
- b) A reforma agrária tem como base a democratização da terra, mas busca produzir alimentos saudáveis para toda população; objetivo que o modelo do capital não consegue alcançar;
- c) O acúmulo de forças para esse tipo de reforma agrária depende agora de uma aliança consolidada dos camponeses com todos os trabalhadores urbanos. Sozinhos os sem terra não conseguirão a reforma agrária popular.
- d) Ela representa um acúmulo de forças para os camponeses e toda classe trabalhadora na construção de uma nova sociedade.





III. Fundamentos de nosso programa de Reforma Agrária popular

Nosso programa agrário busca mudanças estruturais na forma de usar os bens da natureza, que pertencem a toda sociedade, na organização da produção e nas relações sociais no campo. Queremos contribuir de forma permanente na construção de uma sociedade justa, igualitária e fraterna. Para tanto, propomos os seguintes objetivos:

1. Terra

A terra e todos os bens da natureza, em nosso território nacional, devem estar sob controle social e destinados ao benefício de todo povo brasileiro e das gerações futuras. Para isso devemos lutar para:

- a) Democratizar o acesso à terra, às águas, à biodiversidade (florestas, fauna e flora), minérios e fontes de energia.
- b) Impedir a concentração da propriedade privada;
- c) Estabelecer o tamanho máximo de propriedade da terra;
- d) Eliminar o latifúndio;
- e) Garantir a função social do uso, posse e propriedade da terra;
- f) Assegurar a devolução para o povo de todas as terras, territórios, minérios e biodiversidade hoje apropriados por empresas estrangeiras.
- g) Demarcar e respeitar todas as áreas dos povos indígenas e das comunidades quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, de pescadores artesanais e tradicionais.

2. Bens da natureza

A água e as florestas nativas são bens da natureza e eles devem ser tratados como um direito de todos os trabalhadores. Eles não podem ser tratados como mercadorias e nem ser objeto de apropriação privada.

- a) Assegurar e preservar as águas e florestas como um bem público, acessível a todos/as;
- b) Combater o desmatamento e o comércio clandestino e ilegal das madeireiras;
- c) Reflorestar as áreas degradadas com ampla biodiversidade de





árvores nativas e frutíferas, assegurando a preservação ambiental.

3. Sementes

As sementes são um patrimônio dos povos a serviço da humanidade e não pode haver sobre elas propriedade privada ou qualquer tipo de controle econômico:

- a) Preservar, multiplicar e socializar as sementes crioulas, sejam tradicionais ou melhoradas, de acordo com a biodiversidade dos nossos biomas regionais, para que todo campesinato possa usá-las
- b) Defender a soberania nacional sobre produção e multiplicação de todas sementes e mudas;

4. Produção

Toda produção será desenvolvida com o controle dos trabalhadores sobre o resultado de seu trabalho. As relações sociais de produção devem abolir a exploração, a opressão e a alienação.

- a) Assegurar que a prioridade seja a produção de alimentos saudáveis, em condições ambientalmente sustentáveis, para todo povo brasileiro e para as necessidades de outros povos.
- b) Considerar que os alimentos são um direito humano, de todos os cidadãos e não podem estar submetidos a lógica do lucro.
- c) Utilizar técnicas agroecológicas, abolindo o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas.
- d) Usar máquinas agrícolas apropriadas e adaptadas a cada contexto socioambiental, visando o aumento da produtividade das áreas agrícolas, do trabalho e da renda, em equilíbrio com a natureza.
- e) Promover as diversas formas de cooperação agrícola, para desenvolver as forças produtivas e as relações sociais.
- f) Instalar agroindústrias no campo sob controle dos camponeses e demais trabalhadores, gerando alternativas de trabalho e renda, em especial para a juventude e as mulheres.

5. Energia

- a) Devemos construir formas para que se desenvolva a soberania popular sobre a energia em cada comunidade e em todos os municípios brasileiros.
- b) Desenvolver de forma cooperativada a produção de energia a





nível local, com as mais deferentes fontes de recursos renováveis para atender as necessidades de todo povo brasileiro.

6. Educação e Cultura

O conhecimento deve ser um processo de conscientização, libertação e de permanente elevação cultural de todos e todas que vivem no campo.

- a) Garantir à população que vive no campo, o acesso aos bens culturais e o direito à educação pública, gratuita e de qualidade, em todos os níveis;
- b) Incentivar, promover e difundir a identidade cultural e social da população camponesa;
- c) Assegurar o acesso, a produção e controle dos mais diferentes meios de comunicação social no campo;
- d) Desenvolver a formação técnico-científica e política, de forma permanente, para todos que vivem no campo;
- e) Combater, permanentemente, todas as formas de preconceito social, para que não ocorra a discriminação de gênero, idade, etnia, religião, orientação sexual, etc.

7. Direitos sociais

- a) Os trabalhadores/as rurais sob regime de assalariamento devem ter todos os direitos sociais, previdenciários e trabalhistas garantidos e equivalentes aos trabalhadores urbanos e as relações de trabalho devem ser construídas sobre a base da cooperação, gestão social e de combate a alienação.
- b) Assegurar que remuneração seja compatível com a renda e a riqueza gerada.
- c) Garantir condições dignas e jornadas adequadas de trabalho.
- d) Combater de forma permanente e intransigente o trabalho análogo à escravidão, expropriando de todas as fazendas e empresas que fazem uso dessa prática.
- e) Combater todas as formas violência contra as mulheres e crianças, penalizando exemplarmente a seus praticantes.

8. Condições de vida para todos e todas

O campo deve se constituir num local bom de viver. Onde as pessoas tenham direitos, oportunidades e condições de vida dignas.







IV. Proposta de um programa de Reforma Agrária popular

Nossa proposta de programa de Reforma Agrária Popular reúne medidas amplas, abrangentes, que representam e sintetizam as principais ideias sobre o modelo de agricultura que defendemos para o país e pelo qual lutamos.

Esse programa sintetiza uma estratégia de resistência ao modelo de agricultura capitalista do agronegócio e propõem um processo de acúmulo de forças, tendo como objetivo a construção de um novo modelo de agricultura, voltado para as necessidades de todo povo brasileiro. Para isso precisaremos lutar e fortalecer nossa organização e a qualificação das nossas lutas para promovermos, junto com toda a classe trabalhadora, as mudanças estruturais da sociedade capitalista. Este programa deve também orientar o nosso Movimento, nas pautas de reivindicações, negociações, nas lutas, na qualificação interna da nossa organização e nas ações práticas nos próximos anos.

O programa de Reforma Agrária, discutido amplamente com nossa militância e nossa base social, representa os desafios e as perspectivas dos camponeses no atual estágio da luta de classes em que se realiza o VI Congresso Nacional do MST. O programa é um importante instrumento na definição das alianças políticas e nas mobilizações unitárias junto às organizações populares e sindicais da classe trabalhadora, do campo e da cidade.

Ele serve como canal de comunicação com toda sociedade e com os setores da classe trabalhadora, para explicitar nossos objetivos e bandeiras de luta, a necessidade de democratizar as terras, garantir sua função social e priorizar a produção de alimentos saudáveis.

A partir do programa e de acordo com a correlação de forças na luta de classes concreta e dos espaços que se abrem na conjuntura política, o Movimento definirá suas pautas reivindicações e de lutas, detalhadas e específicas, correspondentes às necessidades da nossa base social e da classe trabalhadora, em geral.





Portanto, as propostas detalhadas do que queremos para a agricultura, características de pautas e agendas de negociação serão definidas conjuntamente, nos espaços da luta de classes e na aplicação das nossas táticas de luta.

Assim, através do nosso programa de Reforma Agrária Popular, defendemos:

1. A democratização da terra

- 1.1. Democratizar o acesso à terra, aos bens da natureza e aos meios de produção na agricultura, a todos os camponeses.
- 1.2. Assegurar que a democratização do uso, posse e propriedade da terra e dos bens da natureza, esteja vinculada aos interesses e necessidades sociais, econômicas, culturais e políticas da população camponesa, especificamente, e, de modo geral, de toda a população brasileira.
- 1.3. Garantir a todos os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros o direito de ter acesso a terra para morar e/ou trabalhar.
- 1.4. Garantir o direito a posse e uso da terra a todos os povos indígenas e quilombolas, ribeirinhas, pescadores e comunidades tradicionais.
- 1.5. Priorizar o processo de desapropriação das terras das maiores fazendas, das propriedades de empresas estrangeiras e das empresas do setor secundário (indústrias) e terciário (serviços, bancos e comércio).
- 1.6. Desapropriar, imediatamente, para fins de Reforma Agrária, todas as terras que não cumprem a sua função social, relativa ao uso produtivo, às condições sociais e trabalhistas dos trabalhadores e trabalhadoras e a preservação do meio ambiente, como estabelece a Constituição Federal de 1988.
- 1.7. Estabelecer um limite máximo ao tamanho da propriedade das terras agrícolas.
- 1.8. Combater e eliminar todas as formas de cobrança de renda da terra e/ou arrendamento de áreas rurais.
- 1.9. Lutar para que os governos desburocratizem, e criem as condições favoráveis ao acesso à terra pelas famílias sem-terra acampadas e/ou já inscritas como beneficiários do programa de reforma agrária.
- 1.10. Expropriar imediatamente todas as fazendas que se utilizam de trabalho escravo, narcotráfico e contrabando de mer-





cadorias. E, destiná-las ao programa de reforma agrária.

1.11. Exigir a devolução de todas as terras públicas que foram griladas por fazendeiros e empresas, e destiná-las a reforma agrária.

1.12. Exigir que os governos consultem a todas as famílias atingidas por obras públicas, para que os projetos tenham o menor impacto social e ambiental possível. E se houver necessidade da obra, lhes seja assegurado o direito de terra por terra, nas mesmas condições em que viviam e indenização por perdas e danos, de forma justa, pelo seu trabalho e benfeitorias construídas

1.13. Impedir que as áreas nas zonas de fronteira do país, sejam entregues para grandes empresas, sobretudo de capital estrangeiro. Utilizá-las para assentamento de famílias camponesas e para a regularização dos camponeses posseiros já residentes nessas áreas.

1.14. Todas as famílias beneficiadas da reforma agrária receberão apenas títulos de concessão de uso, com direito a herança familiar, com dupla titularidade incluindo a mulher, estando proibida a venda das parcelas de terra de reforma agrária.

1.15. Não será permitido desenvolver projetos de extração mineral por parte de empresas nas áreas de assentamento. Os minérios devem ser utilizados de forma sustentável, em benefício da comunidade e de todo o povo.

2. Água: um bem da natureza em benefício da humanidade

2.1 A água é um bem da natureza e deve ser utilizada em benefício de toda humanidade. Exigir que a posse e o uso da água estejam subordinados aos interesses e às necessidades de toda população.

2.2. Lutar para que a água não seja uma mercadoria, portanto, não pode ter propriedade privada. Deve-se garantir seu acesso a todas as pessoas da sociedade. Todos os reservatórios de água, barragens, açudes e inclusive subterrâneos devem ser de domínio público.

2.3. Exigir do Estado uma política específica de proteção dos aquífero, em especial o do Guarani, e das nascentes de todas as bacias hidrográficas, especialmente as do cerrado (das 12





importantes bacias hidrográficas do Brasil, oito têm as nascentes no cerrado).

- 2.4. Garantir o abastecimento de água potável, promovido pelo Estado e suas empresas públicas, em todas as comunidades rurais e nas cidades.
- 2.5. Exigir que o Estado adote políticas que garantam aos camponeses as condições para o acesso e uso adequado das águas, sobretudo dos reservatórios públicos como barragens, represas, lagos, projetos de irrigação, etc para consumo e irrigação produtiva. Que se adotem políticas de proteção e manejo das fontes e mananciais, promovendo o reflorestamento de árvores nativas nas margens de córregos, lagoas e rios.
- 2.6. Implementar um amplo programa de manejo sustentado da água, que viabilize a sua conservação natural e a infraestrutura de captação e uso sustentável.
- 2.7. Lutar pela promoção de um desenvolvimento sustentável adaptado as especificidades de cada um dos seis biomas do território brasileiro, a saber: Amazônia, caatinga, mata atlântica, cerrado, pantanal e pampas.
- 2.8. Implementar e garantir, junto ao Estado, políticas de sustentabilidade e de convivência dos camponeses no semiárido, nos períodos de seca.
- 2.9. Implementar programas de aproveitamento da água da chuva, para abastecimento das moradias, agricultura, comunidades e agroindústria.

3. A organização da produção agrícola

- 3.1. Priorizar a produção de alimentos saudáveis para todo o povo brasileiro, garantindo o princípio da soberania alimentar, livres de agrotóxicos e de sementes transgênicos.
- 3.2. Organizar a produção e comercialização com base em todas as formas de cooperação agrícola, como mutirões, formas tradicionais de organização comunitária, associações, cooperativas, empresas públicas e empresas sociais.
- 3.3. Organizar agroindústrias próximas ao local de camponeses e dos trabalhadores das agroindústrias.
- 3.4. Desenvolver programas de soberania energética em todas as comunidades rurais do país, com base em fontes alternativas renováveis, como vegetais não alimentícios, energia solar,





hídrica e eólica.

3.5. Exigir do Estado políticas próprias que assegurem a produção, distribuição e uso de energia para a população do meio rural.

3.6. Implementar programas de irrigação acessível a todos camponeses, para produção de alimentos.

3.7. O Estado deve garantir através da empresa pública de abastecimento (Conab) a compra de todos os produtos alimentícios da agricultura camponesa.

4. Uma nova matriz tecnológica que mude o modo de produzir e distribuir a riqueza na agricultura

4.1. Exigir do Estado políticas de créditos, financiamentos subsidiados, pesquisas e aprendizados tecnológicos voltados para a produção agrícola de matriz agroecológica e com o incentivo à adoção de técnicas que aumentem a produtividade do trabalho e das áreas, em equilíbrio com a natureza.

4.2. Exigir do Estado políticas de incentivos e produção de máquinas, equipamentos e ferramentas agrícolas adequadas às necessidades e ao bem-estar dos camponeses e dos trabalhadores rurais, de acordo com as realidades regionais e preservação ambiental.

4.3. Desenvolver, através do Estado, programas de produção, multiplicação, armazenagem e distribuição de sementes crioulas e agroecológicas, dos alimentos da cultura brasileira, para atender as necessidades de produção dos camponeses, inseridos no princípio da soberania alimentar do país.

4.5. Desenvolver um programa nacional de reflorestamento, com árvores nativas e frutíferas e de manejo florestal nas áreas de assentamentos, da agricultura camponesa, áreas degradadas pelo agronegócio e nas áreas controladas pelos povos indígenas e comunidades tradicionais.

4.6. Combater a propriedade privada intelectual e de patentes de sementes, animais, recursos naturais, biodiversidade ou sistemas de produção.

4.7. Exigir do Estado a organização, fomento e a instalação de empresas públicas e cooperativas de camponeses para produção de insumos agroecológicos, armazenar e distribuir para todos os camponeses. Instalar unidades de transformação de





resíduos orgânicos das cidades em adubação orgânica e distribuí-los gratuitamente a todos camponeses.

4.8. Exigir do Estado o combate à produção e comercialização de agrotóxicos e de sementes transgênicas.

5. A industrialização

5.1. O programa de Reforma Agrária popular deverá ser um instrumento para levar a industrialização ao interior do país para:

- a) promover um desenvolvimento equilibrado entre as regiões;
- b) incentivar a qualificação técnica e oportunidades de trabalho no campo;
- c) gerar maior renda para a população camponesa;
- d) eliminar as desigualdades socioeconômicas existentes entre a vida no campo e na cidade.
- e) fortalecer e incentivar a organização e a cooperação agrícola entre os camponeses.

5.2. Desenvolver um programa de agroindústrias, cooperativadas e sob o controle dos camponeses, nos assentamentos rurais da Reforma Agrária.

5.3. Instalação de empresas públicas de serviços, com a participação dos camponeses, para garantir preços, armazenamento e a distribuição da produção de alimentos dos camponeses.

5.4. Criar linhas de crédito e financiamento, desburocratizada, dirigida exclusivamente para a industrialização da produção camponesa.

5.5. Desenvolver Centros de pesquisas, qualificação técnica e intercâmbio de conhecimentos, voltados para as atividades das agroindústrias e a preservação ambiental.

6. Política agrícola

6.1. Exigir do Estado o uso de todos os instrumentos de política agrícola – garantia de preços rentáveis para o agricultor, compra antecipada de toda produção de alimentos dos camponeses, crédito rural adequado, seguro rural, assistência tecnológica, armazenagem – para incentivar e qualificar a agricultura camponesa e agroecológica na produção de alimentos saudáveis.

6.2. Garantir, através de políticas públicas, que todos os cam-





poneses tenham acesso aos meios de produção – máquinas, equipamentos, insumos – necessários para as atividades agrícolas e preservação ambiental.

6.3. Exigir do Estado a reorganização e a reestruturação da pesquisa agropecuária, dirigida prioritariamente para a agroecologia, na produção de alimentos, substituição dos agrotóxicos e as melhorias genéticas em equilíbrio com a natureza e em consonância com as necessidades da agricultura camponesa.

6.4. Assegurar que a assistência técnica, a transferência de tecnologias, o fomento e extensão rural tenham como orientação política os princípios da democratização dos conhecimentos, o favorecimento de intercâmbios e o estímulo à criatividade dos camponeses.

6.5. Exigir do Estado a organização de instituições para facilitar a certificação dos produtos orgânicos da agricultura camponesa.

6.6. Reivindicar do Estado atuação para ampliar o maior número possível de cursos técnicos e superiores de agroecologia em todas as regiões do país.

6.7. Exigir que os camponeses/as e trabalhadores/as assalariados/as tenham participação ativa na formulação de todas as políticas públicas para a agricultura.

7. A educação do campo

A educação é um direito fundamental de todas as pessoas e deve ser atendido no próprio lugar onde elas vivem e respeitando o conjunto de suas necessidades humanas e sociais. E o acesso à educação pelos trabalhadores é uma das condições básicas da construção do projeto de Reforma Agrária Popular.

Priorizamos a luta pelo acesso à educação escolar porque esse acesso ainda não é garantido para todo o povo em nosso país, especialmente às pessoas que trabalham no campo.

Mas, para nós a educação não acontece apenas no espaço e tempo que o educando e educanda frequentam a escola. O direito à educação se relaciona, também, ao acesso a diferentes tipos de conhecimento e de bens culturais; à formação para o trabalho e para a participação política; ao jeito de produzir e de se organizar; à aprender a se alimentar de modo saudável; e à prática dos valores humanistas e socialistas que defendemos.





Lutamos por escolas públicas e gratuitas para que o Estado cumpra seu papel de garantir a todos os trabalhadores e trabalhadoras, do campo e da cidade, uma escola com as condições materiais necessárias à realização de sua tarefa educativa. Ao mesmo tempo lutamos contra a tutela política e pedagógica do Estado burguês, sejam quais forem os governos em exercício. Cabe ao povo ser sujeito de sua educação.

É essa autonomia que nos pode permitir:

- a) fortalecer o vínculo entre escolas, assentamentos e acampamentos e entre escolas e o MST;
- b) discutir e atender às novas demandas formativas postas pelos desafios da construção do projeto de Reforma Agrária Popular.

No plano das políticas públicas de educação do campo são nossas prioridades de luta:

7.1. Implementar um programa massivo de alfabetização de todos os jovens e adultos do campo.

7.2. Universalizar o acesso à educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio) pública, gratuita e de qualidade social pela garantia de:

- a) construção e manutenção de escolas em todas as áreas de Reforma Agrária;
- b) transporte intracampo que garanta o fluxo de estudantes entre escolas das próprias comunidades do campo;
- c) estrutura física adequada nas escolas incluindo bibliotecas, laboratórios, quadras esportivas, acesso à internet, equipamentos para experimentos agrícolas, materiais para trabalho com as diferentes linguagens artísticas.
- d) atendimento especializado aos portadores de necessidades educativas especiais no próprio campo;
- e) concursos específicos para atuação dos professores em escolas do campo, garantindo permanência de 40h do professor em uma mesma escola e condições de transporte e moradia;
- f) processos de formação continuada para os educadores.

7.3. Ampliar o acesso de jovens e adultos à educação profissional de nível médio e superior, com prioridade a cursos relacionados às demandas do projeto de Reforma Agrária Popular e de desenvolvimento do conjunto das comunidades camponesas.

7.4. Ampliar o acesso de jovens e adultos camponeses/as à





educação superior em diferentes áreas, incluindo cursos de graduação e pós-graduação, garantindo, quando necessário, o regime de alternância, com hospedagem e alimentação viabilizada por recursos públicos. E com a expansão da rede universitária e dos institutos federais dentro das áreas e regiões da reforma agrária.

- 7.5. Implementar programas de formação e projetos de experimentação/pesquisa em agroecologia, vinculados a escolas de educação básica, a cursos de educação profissional e superior e a centros de formação existentes nos assentamentos.
- 7.6. Promover programas de bolsas de estudo para jovens camponeses realizarem intercâmbio internacional em outros países com experiência de produção camponesa e agroecológica.
- 7.7. Apoiar as redes de pesquisadores que priorizem investigações e projetos de extensão universitária voltados a melhorias dos processos educativos desenvolvidos em áreas de Reforma Agrária.

8. O desenvolvimento da infra-estrutura social nas comunidades rurais e camponesas

- 8.1. Desenvolver um amplo programa de construção e melhoria das moradias no campo, respeitando as especificidades da cultura camponesa em cada região, conjugado com acesso à energia elétrica de fontes alternativas, à água potável, saneamento básico, transporte e acesso às estradas trafegáveis.
- 8.2. Estimular formas de sociabilidades, com moradias dignas, organizadas em povoados, comunidades, núcleos de moradias ou agrovilas, de acordo as culturas regionais.
- 8.3. Implantar a organização de bibliotecas, serviços de informática, espaços culturais e de lazer em todas as áreas de assentamentos, voltados para o acesso, difusão, produção e intercâmbios esportivos, artísticos e culturais.
- 8.4. Assegurar o transporte público e estradas vicinais em condições descentes e seguro, para a população das áreas rurais.
- 8.5. Garantir o acesso aos serviços de saúde pública, de qualidade e gratuita, para toda a população do campo. E, assegurar a construção de centros de saúde nos assentamentos e a criação e cultivo de ervas e plantas medicinais.





8.6. Assegurar que toda a população camponesa tenha acesso aos benefícios da previdência social.

8.7. Promover a democratização dos meios de comunicação de massas, dando condições para que as comunidades rurais tenham rádios comunitárias e acesso à produção das TVs comunitárias e de todas as outras formas de comunicação digital e impressa.

9. Mudanças na natureza do Estado e em sua estrutura administrativa

9.1. A realização do programa de Reforma Agrária Popular exige mudanças democráticas na forma de organização e funcionamento atual do Estado burguês. Levando em consideração a natureza antidemocrática do Estado burguês e sua burocracia que impedem políticas públicas favoráveis à classe trabalhadora em geral, o avanço das nossas conquistas para beneficiar os camponeses/as e a imensa maioria da população do campo, somente se dará se enfrentarmos a natureza do Estado burguês.

9.2. E, ao mesmo tempo, realizarmos lutas e pressões sociais pela democratização dos serviços, órgãos de fiscalização e do funcionamento de todas as esferas dos governos federal, estadual e municipal. Assim como as esferas dos poderes judiciário, legislativo e executivo.

9.3. A realização deste programa de transição de modelo na organização dos bens da natureza e da agricultura brasileira, somente será possível num contexto histórico de existência e de aliança entre um governo realmente popular, que controle o Estado a serviço das maiorias, com um vigoroso movimento de massas, que coloque os trabalhadores como sujeitos políticos permanentes dessas mudanças.

9.4. Somente assim, poderá haver uma centralidade das políticas públicas do Estado e governos a favor de uma reforma agrária de cunho popular, expressa nesse programa. organizadas em povoados, comunidades, núcleos de moradias ou agrovilas, de acordo as culturas regionais.





V. Nosso lema: Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!

O processo de escolha do lema percorreu a mesma metodologia da construção do programa. E nos últimos doze meses consultamos a todos/as militantes. Recebemos dezenas de sugestões e opiniões de militantes, professores e amigos/as.

Em agosto de 2013, na reunião da coordenação nacional concentramos o debate em torno das principais sugestões que refletissem o programa agrário. E por ampla maioria decidiu-se pelo lema acima enunciado.

1. Objetivo a cumprir:

A palavra de ordem de um congresso deve representar o momento político que a organização esta vivendo e ao mesmo tempo apresentar os principais desafios para o próximo período. No caso do MST, por tradição, sempre transformamos o LEMA dos congressos na palavra de ordem que depois nos acompanha ao longo do período, nas lutas e mobilizações.

A palavra de ordem deve representar os desafios enfrentados no período de vigência do congresso. Também deve ser um instrumento de agitação e propaganda das ideias do programa para a militância, as massa e na sociedade brasileira em geral.

A formulação da palavra de ordem, para o nosso VI Congresso teria que representar para as massas e para a militância uma resposta contundente as dificuldades políticas e organizativas imposta pela conjuntura (Estado, governo e agronegócio) do último período. Ao mesmo tempo, sinalizar para os nossos amigos e aliados, a estratégia que optamos para superar as dificuldades atuais e apontar caminhos na perspectiva de acumularmos forças para a construção da Reforma Agrária Popular e para o projeto popular para o Brasil.

O nosso lema, precisa sinalizar para conjunto da base do movimento e todos nossos aliados na sociedade, de que nos mantemos firmes na defesa de nossos objetivos políticos de





lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por transformação social.

2. Lutar!

A base dos nossos objetivos é LUTAR. Esta insígnia sempre foi a mola mestra que conduzir até hoje as nossas decisões e motivaram as nossas práticas e ações.

LUTAR é o alicerce do caráter de nosso movimento social, de organização política e da luta econômica. Apreendemos sempre que todas as nossas conquistas são frutos de nossas lutas coletivas e da resistência. Conduzidos pela tática de lutar e negociar (pau e prosa). Realizar lutas e garantir conquistas econômicas e políticas para os que realizaram as lutas. Lutar como nos ensinou Florestan Fernandes – “Lutar sempre: Não se deixar cooptar, não se deixar derrotar e obter conquistas concretas para melhoria de vida das massas”.

LUTAR faz parte de nossa história e é a herança recebida da história da classe trabalhadora brasileira e de todo o mundo. Tudo o que conquistamos é resultado de luta: realizamos luta pela terra, pela educação, por saúde, por crédito, para poder ter direito a produzir, comercializar, morar etc. Lutamos contra as sementes transgênicas, contra os agrotóxicos, contra a corrupção, contra o IMPÉRIO Estadunidense. Lutamos contra todas as formas de opressão e de dominação. Lutamos até para conseguir praticar a solidariedade a outros povos com a organização de nossas brigadas internacionalistas em outros países, como Haiti, Moçambique, Venezuela, etc. Lutamos até para poder aplicar a lei e punir os que praticam violência contra os trabalhadores!

Portanto, nada mais representativo para o próximo período que a convocação para LUTAR. Para que todos sigam lutando, em cada uma das frentes de atividades na sociedade.

3. Construir!

A segunda parte da palavra de ordem que nos orientará no próximo período, é a de “CONSTRUIR” Reforma Agrária popular. CONSTRUIR, como um processo de organizar, lutar, formar e mobilizar nosso povo. CONSTRUIR é sinalizar para o futuro. Nossa tarefa é ir construindo a reforma agrária popular como uma missão estratégica, vinculada a luta política contra o





capitalismo e por um projeto popular. No entanto temos tarefas táticas que temos que realizar, para construir esta possibilidade estratégica.

CONSTRUIR a Reforma Agrária Popular no combate ao latifúndio, à monocultura agroexportadora, ao modelo do agronegócio, ao estado burguês, burocrata e corrupto. Mas também, construir com experiências de produção agroecológica, e na prioridade da produção de alimentos saudáveis. Construir reflorestando, plantando árvores frutíferas, recuperando o meio ambiente para toda sociedade. Construir, garantindo escolas em todos os níveis para nossas crianças, jovens e adultos. Construir formando cada vez mais quadros e militantes.

CONSTRUIR É ACUMULAR FORÇAS para o nosso projeto estratégico!

4. Reforma Agrária Popular!

Como parte do processo do nosso VI Congresso, o MST construiu uma proposta de Programa de Reforma Agrária, que é Popular. Tal programa é construído a partir da análise da realidade agrária atual, dominada pelo projeto do capital: o agronegócio. E da impossibilidade de realização de uma Reforma Agrária do tipo clássica, sob hegemonia da burguesia, que apenas distribui a terra, para desenvolver as forças produtivas do campo e o mercado interno.

A análise sobre o esgotamento da Reforma Agrária clássica não exclui a continuidade da luta pela terra e contra o latifúndio. No Brasil e em todo o mundo, ela só aconteceu como conquista dos trabalhadores e trabalhadoras sob um intenso processo de lutas de massa, mesmo quando ela não consiga alterar a correlação de forças predominante no modelo de agricultura, como são os assentamentos.

O MST afirma que nunca houve uma Reforma Agrária no Brasil, mesmo limitada, que pelo menos alterasse a concentração da propriedade da terra e democratizasse seu acesso. Por isso, o que projetamos e estamos construindo na concepção de Reforma Agrária Popular está para além do velho projeto de Reforma Agrária clássica, distributivista, dos limites do poder burguês.





Ou seja, as raízes da Reforma Agrária Popular não estão somente no esgotamento objetivo da reforma agrária clássica. Mais que isso: as raízes da reforma agrária popular brotam e crescem de um único lugar – o enfrentamento dos sujeitos trabalhadores contra as forças do capital. Que agora se agrava com sua crise civilizatória e se apropria, violentamente, de todos os bens da natureza, da saúde e da cultura popular para transformar tudo em mercadoria, em lucro!

Nosso Programa não se destina apenas aos trabalhadores e trabalhadoras sem terra ou aos povos que vivem no campo. A reforma agrária é Popular, porque abrange a todas as forças e sujeitos que acreditam e necessitam de mudanças na sociedade. E somente poderá se realizar se construirmos uma grande aliança de toda classe trabalhadora. É uma reforma agrária para todo povo.

Portanto, a reforma agrária popular tem vinculação direta com o legado histórico dos 30 anos do MST e do passado de lutas massivas camponesas e nos permite projetar as alianças de todo povo e as relações que queremos e necessitamos desenvolver com a terra, o território e a produção para construirmos uma sociedade justa, igualitária e fraterna para todos.

As práticas e a luta pela Reforma Agrária Popular representam o enfrentamento com o modelo do capital: o agronegócio, e buscam criar as condições e acumular forças para as mudanças estruturais de toda sociedade.

Esse é o sentido histórico do lema do nosso VI Congresso!

LUTAR, CONSTRUIR REFORMA AGRÁRIA POPULAR!







Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!

